



**SECRETARIA NACIONAL
DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
- SENAD -**

**CONSELHOS ESTADUAIS
DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS:
INSTITUCIONALIDADE, ATUAÇÃO E ESTRUTURA**

2018

1. Introdução

Durante a realização do encontro de conselheiros estaduais de políticas sobre drogas na Senad, no 2º semestre de 2018, verificou-se a necessidade de obtenção de melhor compreensão sobre a realidade dos conselhos a fim de subsidiar o estabelecimento de estratégias de atuação da Senad em parceria com os conselhos.

Assim, a pesquisa teve o objetivo geral de obter uma visão abrangente sobre a realidade dos conselhos, permitindo identificar os desafios para seu fortalecimento e melhoria de sua atuação na política sobre drogas. O objetivo específico estabelecido foi a obtenção de um diagnóstico dos conselhos estaduais de políticas sobre drogas no que tange às dimensões institucionalidade, forma de atuação e estrutura.

A dimensão institucionalidade correspondeu ao levantamento de informações relacionadas à criação dos conselhos, sua composição, existência de regimento, regimentos para indicação de membros e presidentes, previsão e realização de reuniões, registro de deliberações em ata, além de questões de publicidade e transparência.

A dimensão atuação buscou identificar quais são as principais funções desempenhadas e quais foram as resoluções e deliberações de grande destaque realizadas pelos conselhos. Quanto às funções desempenhadas, foram levantadas questões sobre definição de diretrizes para a política pública, aprovação de novas políticas públicas, participação nos processos de planejamento e orçamento governamental, realização de avaliações e fiscalização da execução da política.

A dimensão estrutura foi subdividida nos aspectos orçamentário, de pessoal, estrutura física e transporte. Quanto ao orçamento, questionou-se sobre a existência de dotação voltada especificamente ao conselho. Quanto ao pessoal, foi levantado o total de servidores disponíveis com dedicação exclusiva e parcial ao conselho. Sob o aspecto da estrutura física, levantou-se informação sobre salas e equipamentos que o conselho possuía para a realização de suas atividades. Por fim, também foram levantadas questões de transporte como a existência e dimensionamento de veículos próprios ou de serviços de transporte para os trabalhos dos conselhos.

A pesquisa baseou-se em aplicação de questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, aos representantes dos conselhos estaduais de políticas sobre drogas. As perguntas fechadas favoreceram a comparabilidade entre as informações de cada conselho, enquanto as perguntas abertas enriqueceram a pesquisa sob o aspecto qualitativo. O questionário completo consta do anexo deste documento. Para preenchimento do questionário foi utilizada plataforma on-line, cujo link foi encaminhado aos conselhos por meio do Ofício-Circular nº 06/2018/GAB-SENAD/SENAD-MJ, do Ofício-Circular nº 07/2018/GAB-SENAD/SENAD-MJ e posteriormente encaminhados à lista de e-mails dos conselhos estaduais.

As respostas foram registradas entre os meses de agosto e setembro de 2018. Ao todo, foram recebidas 25 respostas, não havendo resposta por parte dos estados do Rio de Janeiro e Sergipe.

Com relação às limitações da pesquisa, deve-se destacar o caráter autodeclaratório do questionário aplicado. Ainda assim, considerando as dificuldades técnicas de realização de outras formas de verificação das informações desejadas para a pesquisa, a aplicação do questionário mostrou-se como melhor medida.

A seguir, estão apresentados os principais resultados do estudo realizado.

2. Resultados

2.1. Dimensão I: Institucionalidade

Todos os estados do Brasil já instituíram formalmente conselhos de políticas sobre drogas. Entretanto, três deles não estão ativos: Rio de Janeiro, Sergipe e Amapá.

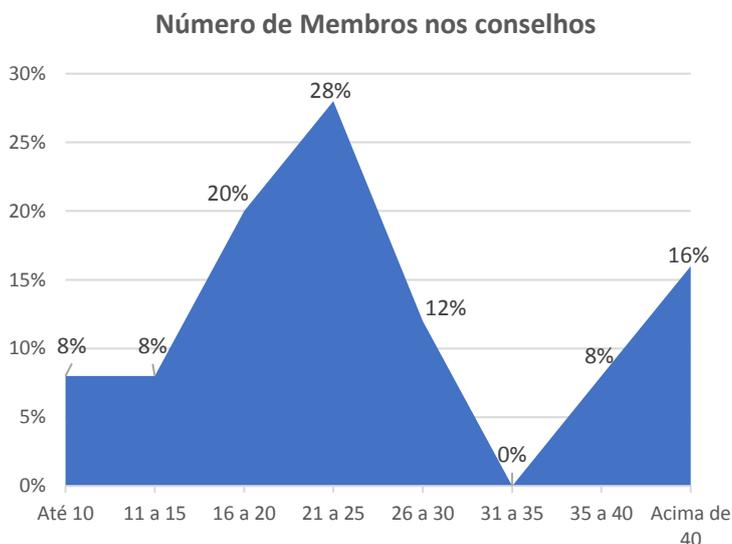
Dos 25 respondentes, 88% afirmaram possuir regimento interno em vigor. Somente os conselhos do Acre, Bahia e Amapá ainda não possuem regimento interno. A existência do regimento interno é fundamental para se disciplinar a organização da atuação do conselho, suas responsabilidades e compromisso com a política sobre drogas estadual.



No que tange à publicidade do conselho apenas 60% informaram possuir site com informações na internet. A divulgação de informações na internet é um requisito essencial para promover a efetivação das orientações, resoluções e decisões dos conselhos. Além disso, a publicidade de seus atos em site garante maior legitimidade ao conselho, na medida em que fortalece a transparência de sua atuação como instância de participação social, de forma que os representados poderão acompanhar os avanços realizados por seus representantes no conselho.

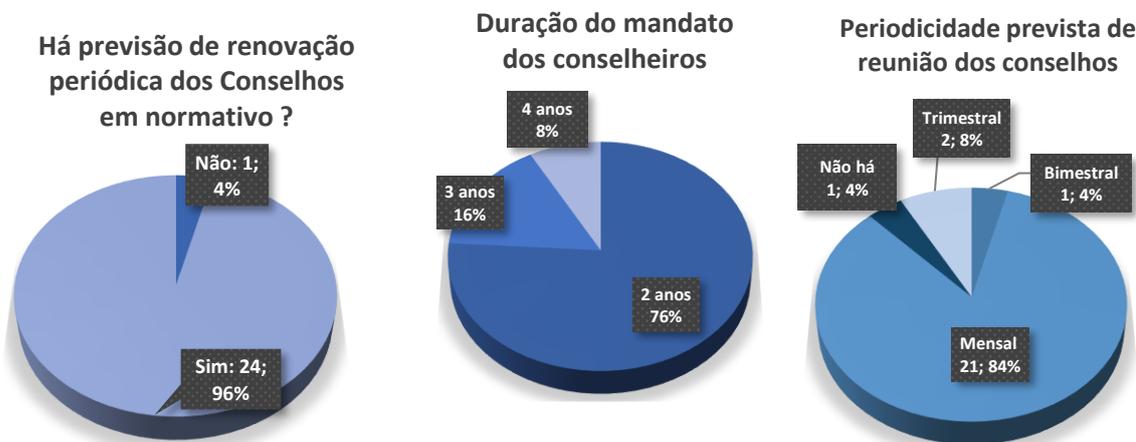
Outro aspecto avaliado sobre os conselhos foram os membros. Verificou-se que a maioria dos conselhos (60%) possui entre 16 e 30 conselheiros. 16% possuem menos de 16 conselheiros e 24% possuem mais de 35. Com relação à composição, identificou-se que a forma paritária ocorre em 12 (48%) dos 25 conselhos que responderam o questionário.

Outro aspecto avaliado sobre os conselhos foram os membros. Todos os respondentes afirmaram que a forma de indicação do presidente, dos representantes do governo e da sociedade civil estava prevista em norma. Quanto aos membros do governo, afirmou-se que os representantes eram indicados pelos dirigentes ou secretários de cada pasta que fazia parte do conselho. Quanto ao membro da sociedade civil, as respostas convergiram na afirmação que a indicação era feita por parte dos presidentes das associações. Quanto à indicação do Presidente e Vice-Presidente dos conselhos foram

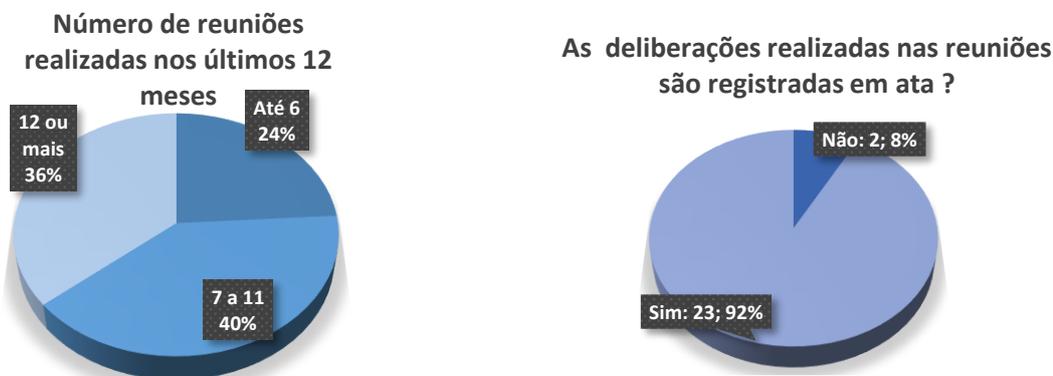


identificados três casos: eleição entre pares (membros do conselho); indicação do presidente pelo Governador e presidente como o próprio secretário da pasta responsável pelo conselho.

Ainda sobre os conselheiros, verificou-se que 96% possuem normativo que prevê a renovação periódica. A duração dos mandatos varia entre 2 anos (76%), 3 anos (16%) e 4 anos (8%).



Outro aspecto importante para a institucionalização do conselho é a previsão e efetiva realização de reuniões pelos conselhos. A maior parte dos conselhos (84%) afirmou ter previsão de realização mensal de reuniões. Na prática, o levantamento realizado acerca do número de reuniões efetivamente realizadas nos últimos 12 meses demonstrou que 36% dos conselhos realizaram 12 ou mais reuniões, 40% realizaram entre 7 e 11 reuniões e 24% realizaram até 6 reuniões. 92% dos respondentes afirmaram que as deliberações são registradas em ata, de forma a se manter sua memória e eficácia.



2.2. Dimensão II: Atuação

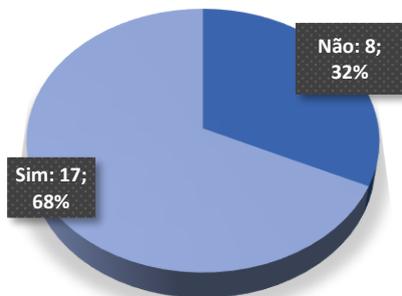
A atuação dos conselhos estaduais de políticas sobre drogas é um ponto central da pesquisa, uma vez que, a partir dessas informações, pode-se compreender quais são suas competências e suas principais formas de influência na política sobre drogas.

Quanto aos resultados dessa dimensão, os conselhos estaduais convergiram ao afirmar que definem diretrizes para a política sobre drogas. Como realizações de grande relevância nessa temática, destaca-se a do Conselho do Distrito Federal, que produziu a Resolução nº 02 de 14/12/2018, que tratou da vedação no tocante ao emprego e utilização de residentes acolhidos em comunidades terapêuticas custeadas pelo Fundo Antidrogas do Distrito Federal em quaisquer atividades laborais estranhas ao plano terapêutico e a reinserção do acolhido no mercado de trabalho. Outro ponto de destaque nessa temática foi a reestruturação

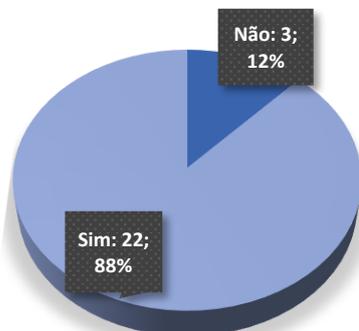
do fluxo de acesso ao serviço de saúde do estado das pessoas com transtornos mentais devido ao uso abusivo de álcool e outras drogas, realizado pelo Conselho do Acre.

Parte deles (68%) afirmou que há necessidade de aprovação do conselho para o início de novas políticas.

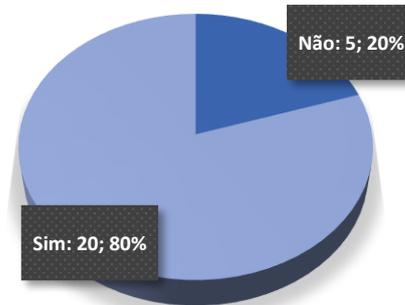
Há necessidade de aprovação do Conselho para o início de uma nova política pública ?



O Conselho avalia as políticas públicas ?



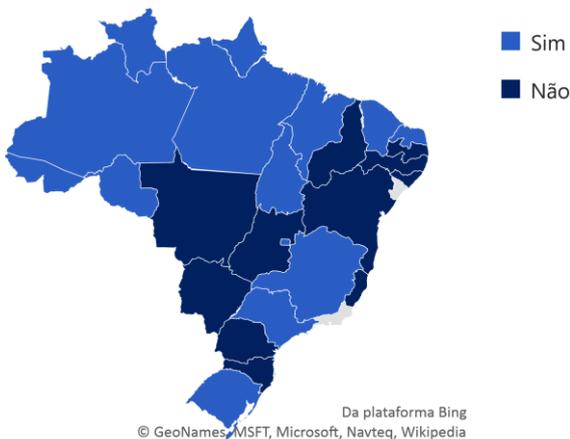
O Conselho fiscaliza a execução das políticas públicas ?



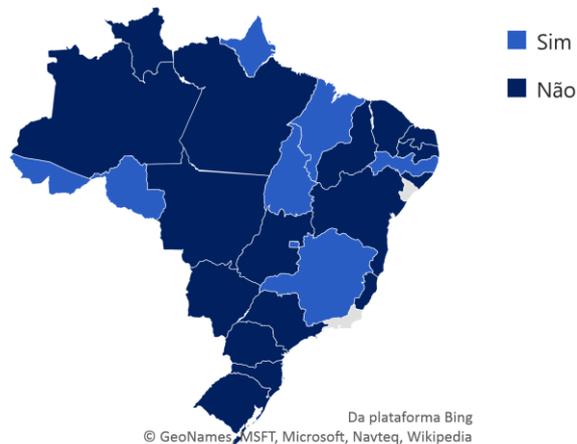
Dois pontos de destaque quanto à atuação dos conselhos foram a avaliação e fiscalização. 88% afirmaram avaliar a política pública e 80% ratificaram que realizam a fiscalização da execução da política. Com relação à essa temática, verificou-se nas respostas abertas a atuação das comunidades na certificação e aprovação de editais de credenciamento de comunidades terapêuticas

Por outro lado verificou-se baixa participação nos processos de planejamento e orçamento do estado. 56% declararam que foram consultados durante a elaboração do Plano Plurianual Estadual e somente 32% afirmaram que foram consultados durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Distribuição por Estado - Conselhos consultados durante a elaboração do PPA do estado



Distribuição por Estado - Conselhos consultados durante a elaboração do orçamento da política sobre drogas



Além dessas iniciativas, ficou evidenciada a atuação de parte dos conselhos no incentivo à implantação e ao fortalecimento de conselhos municipais.

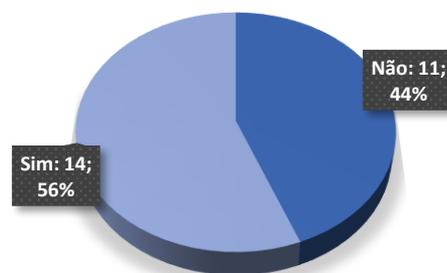
Por fim, uma importante atividade foi verificada em parte dos conselhos: a realização de seminários, semanas estaduais sobre drogas e manuais de políticas. Dois conselhos se destacaram: o conselho de São Paulo, com seu Manual de Comunidades Terapêuticas, e o conselho do Mato Grosso do Sul, com seu Manual de Prevenção à Dependência Química, destinado à formação de multiplicadores.

2.3. Dimensão III: Estrutura

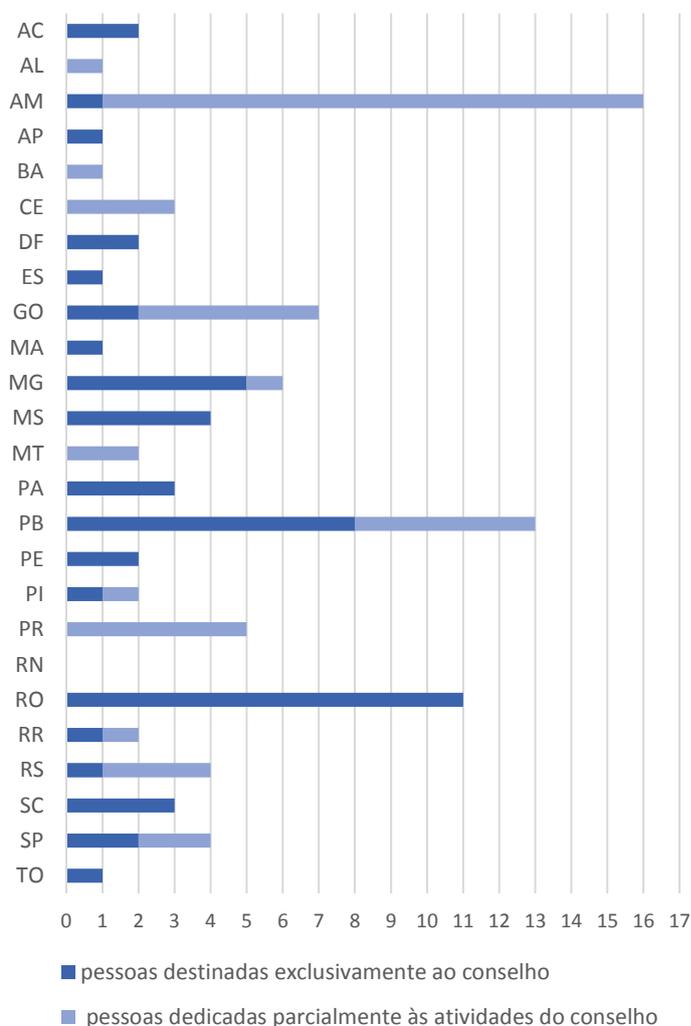
A estrutura disponível é um aspecto fundamental para o desempenho das atividades dos conselhos. O questionário enviado incluiu questões que demonstram a estrutura dos pontos de vista orçamentário, de recursos humanos, estrutura física e transporte, além da identificação das principais necessidades dos conselhos.

Quando questionados acerca de orçamento governamental dirigido à realização das atividades do conselho, 56% responderam que há esse orçamento direcionado.

Há orçamento governamental dirigido para a realização das atividades dos devedores do conselho ?

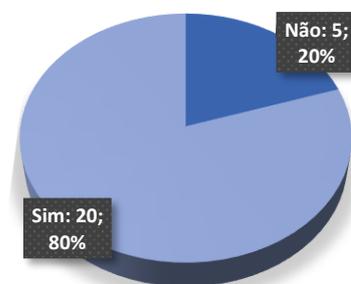


Estrutura de pessoal destinada às atividades do conselho



No que diz respeito aos recursos humanos, buscou-se identificar o quantitativo de pessoal destinado às atividades do conselho, fazendo-se a separação entre os servidores com dedicação exclusiva aos conselhos e os servidores que se dedicam somente parcialmente (coexistência de atribuições diversas das ligadas ao conselho). 80% das respostas indicaram que há pessoal destinado de forma exclusiva às atividades do conselho. Em 8 conselhos há profissionais tanto com dedicação exclusiva quanto parcial. Quase metade dos conselhos possui no máximo 2 servidores, sendo que o Rio Grande do Norte afirmou não haver pessoal destinado às atividades de seu conselho. A carência de pessoal é um fator que dificulta e pode até inviabilizar a operacionalização e manutenção dessas entidades.

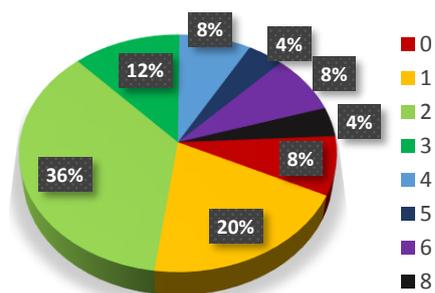
Há recursos humanos destinados exclusivamente às atividades do conselho ?



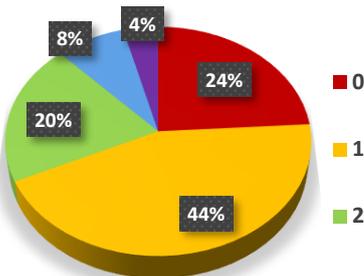
No que tange à estrutura física, 76% dos respondentes informaram que há salas destinadas especificamente para a equipe do conselho. Com relação a disponibilidade de computadores, 8% afirmaram que não há nenhum equipamento disponível, 20% possuem 1 dispositivo e 72% dos conselhos disponibilizam 2 ou mais computadores.

Acerca do número de impressoras à disposição, 76% das respostas indicaram a posse de 1 equipamento e 20% de nenhum. Em 24% dos conselhos não há nenhum telefone disponível, 44% possuem 1 e 32% têm dois ou mais aparelhos ao seu dispor. Quanto à internet, a maioria (92%) confirmou que possui acesso.

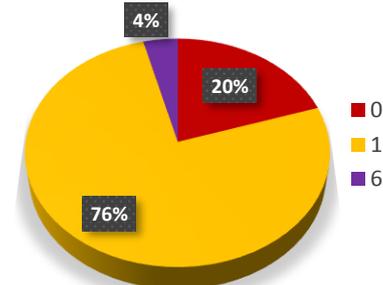
Computadores disponibilizados para a equipe e as atividades do conselho



Quantidade de telefones disponíveis para as atividades do conselho

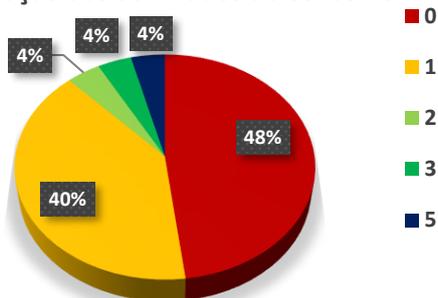


Quantidade de impressoras disponíveis para realização das atividades do conselho

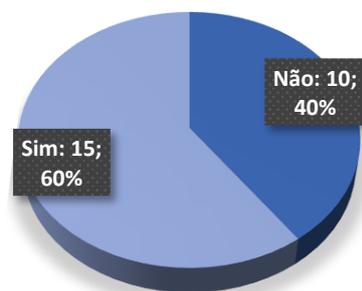


O questionário também incluiu questionamentos sobre a estrutura de transporte dos conselhos. De acordo com as respostas, 48% não possuem veículos próprios para realização de suas atividades, 40% possuem 1 veículo e 12% possuem 2 ou mais carros próprios. A disponibilidade de automóveis é importante, por exemplo, para a execução de tarefas de fiscalização pelos conselhos. Quando questionados sobre a existência de serviço de transporte (taxi ou assemelhado) para as atividades do conselho, 60% informaram que sim.

Número de veículos próprios para a realização das atividades do conselho

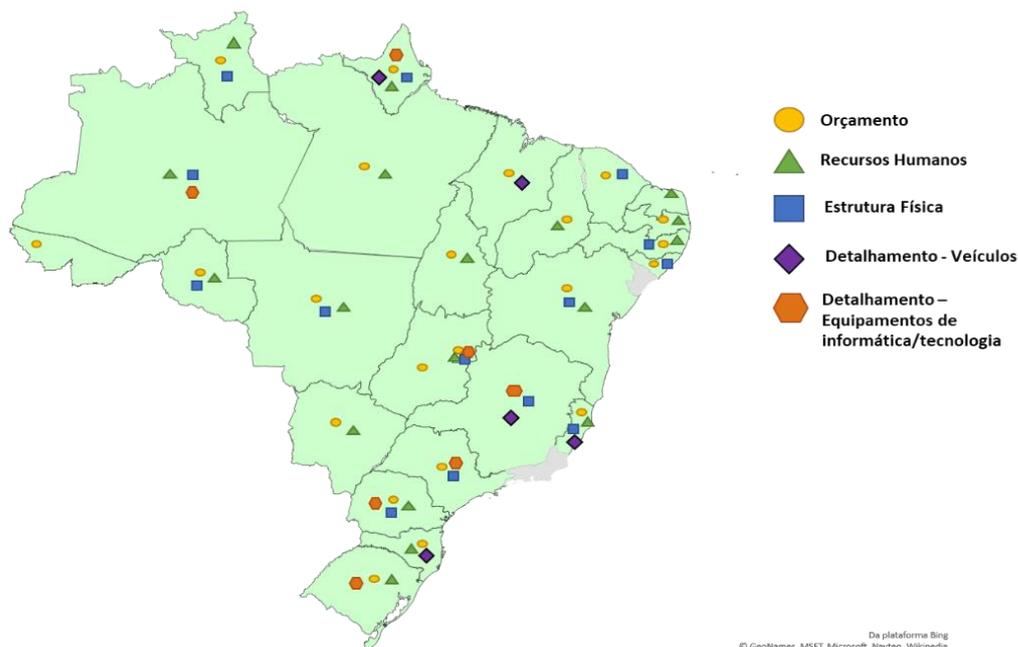


Há serviço de transporte para as atividades do Conselho ?



A última questão tratou sobre as principais necessidades dos conselhos. Observa-se que o orçamento foi a necessidade mais citada, em 22 unidades da federação. A carência de recursos humanos foi indicada por 72% dos conselhos. Estrutura física é uma questão para 56% dos respondentes. A necessidade de veículos e de equipamentos de informática/tecnologia foi citada, respectivamente, por 5 e 7 estados.

Principais necessidades dos conselhos



3. Conclusão

De maneira geral os conselhos se encontram bem institucionalizados, com regimento interno, previsão em normativo da forma de indicação dos membros e respectivo período de renovação, realização de reuniões periódicas e registro das deliberações. É positivo que 89% dos conselhos encontrem-se ativos, restando apenas inativos os que atuam nos estados do Rio de Janeiro, Amapá e Sergipe. O principal aspecto a ser melhorado quanto a institucionalidade é a comunicação e transparência, já que 40% dos conselhos afirmaram não possuir site para a disponibilização de informações.

Com relação à atuação dos conselhos, conclui-se que está majoritariamente voltada para a definição de diretrizes, fiscalização da execução e avaliação da política pública. Há nessa dimensão uma oportunidade a ser explorada, uma vez que as avaliações dos conselhos podem ser utilizadas pela SENAD para a identificação de boas práticas e políticas exitosas para aplicação em todo o país. Os conselhos também são atuantes no credenciamento e certificação de comunidades terapêuticas, fortalecimento de conselhos municipais e na realização de seminários. A baixa participação na elaboração do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária se mostrou uma das fraquezas dos conselhos.

A dimensão estrutura apresenta as maiores dificuldades enfrentadas pelos conselhos estaduais de políticas sobre drogas. Quase metade dos conselhos não possui orçamento dirigido pela Secretaria de Estado para suas atividades, o que explica essa ser a necessidade mais citada. A pequena quantidade de servidores exclusivos é comumente complementada por servidores que se dedicam apenas parcialmente às atividades do conselho. A estrutura física é deficiente ou insuficiente em alguns estados, há demanda por veículos e equipamentos de informática/tecnológicos. Uma forma de minimizar as carências apresentadas seria o apoio da SENAD aos conselhos através de doação de bens e veículos apreendidos no âmbito do FUNAD.

Considerando os resultados acima apresentados, foi possível obter uma melhor compreensão da atuação e da realidade dos conselhos. Uma visão adequada do contexto e dos atores relacionados à política sobre drogas é fundamental para seu progresso. A realização deste estudo representa um importante passo nesse sentido. Espera-se, assim, que as informações contidas nesse relatório possam ser utilizadas como subsídios para tomadas de decisões futuras dos atores relacionados à política sobre drogas.

4. Anexo

Questionário para Avaliação da Situação dos Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas

O presente questionário foi elaborado com o objetivo de fazer um diagnóstico sobre a situação dos conselhos estaduais no que tange ao aspecto institucional, forma de atuação, informações de pessoal e de estrutura física. Com esse levantamento, a SENAD terá uma visão mais abrangente sobre a realidade dos conselhos e dos desafios para a consolidação e a melhoria das políticas públicas sobre drogas.

*Obrigatório

1. **Endereço de e-mail ***

2. **Nome completo do preenchedor ***

Sugere-se que o preenchedor seja o próprio presidente ou um de seus assessores

3. **Cargo ou função do preenchedor ***

Sugere-se que o preenchedor seja o próprio presidente ou um de seus assessores

Informações Gerais do Conselho

4. **Nome do Conselho ***

5. **Unidade Federativa ***

6. **Contato Telefônico ***

7. **E-mail Institucional ***

8. **Endereço Completo ***

9. **CEP ***

10. **Nome do Presidente do Conselho ***

11. **Ato de nomeação dos representantes do Conselho ***

Exemplo: Portaria nº 1234 de 2017 da Secretaria de Justiça

Informações sobre o Aspecto Institucional do Conselho

12. Qual foi o ato normativo - lei, decreto, portaria - que criou o Conselho?*

Exemplo: Lei nº 1234 de 1987

13. Qual foi a data de Instituição do Conselho *

Exemplo: 15 de dezembro de 2012

14. O conselho possui Regimento Interno aprovado em vigor? *

Sim

Não

15. A forma de indicação do presidente, dos representantes do governo e da sociedade civil no Conselho está prevista em norma? *

Sim

Não

16. Como se dá a indicação do presidente e dos representantes do governo e da sociedade civil? *

17. Qual é o número total de conselheiros (incluindo o presidente)?*

18. Qual é o número de conselheiros representantes da sociedade civil? *

19. Qual é o número de conselheiros representantes do governo? *

20. Há previsão de renovação periódica dos conselheiros em normativo? *

Sim

Não

21. Qual é a duração do mandato dos conselheiros? *

1 ano

2 anos

3 anos

Outro:

22. A qual órgão do governo o Conselho está vinculado? *

Exemplo: Secretaria Estadual de Justiça, Assistência Social, Saúde etc.

23. Há site com informações do Conselho na Internet? *

Sim

Não

24. Se sim, informar abaixo o endereço do site. *

25. Qual é a periodicidade prevista para as reuniões do Conselho? *

Mensal

Bimestral

Trimestral

Quadrimestral

Semestral

Anual

Não há periodicidade prevista

27. Quantas reuniões foram realizadas nos últimos 12 meses? *

28. As deliberações realizadas nas reuniões são registradas em ata? *

Sim

Não

Informações sobre a Forma de Atuação do Conselho

26. O Conselho define diretrizes para a política pública? *

Entende-se por diretrizes um conjunto de orientações para a realização da política pública.

- Sim
 Não

27. Há necessidade de aprovação do Conselho para o início de uma nova política pública? *

Entende-se por novas políticas pública ações e projetos dentro da temática drogas, como campanhas de prevenção, reinserção social etc.

- Sim
 Não

28. O Conselho é consultado durante a elaboração do Plano Plurianual? *

- Sim
 Não

29. O Conselho é consultado durante a elaboração do orçamento relacionado à política pública? *

- Sim
 Não

30. O Conselho fiscaliza a execução das políticas públicas? *

- Sim
 Não

31. O Conselho avalia as políticas públicas? *

- Sim
 Não

32. Quais foram as últimas decisões e resoluções de grande importância aprovadas pelo Conselho? *

Informações sobre Pessoal e Estrutura Física do Conselho

33. Há orçamento governamental dirigido para a realização das atividades do Conselho? *

- Sim
 Não

34. Há recursos humanos destinados exclusivamente às atividades do Conselho? *

- Sim
 Não

35. Se sim, quantas pessoas são destinadas exclusivamente ao conselho? *

36. Se não, há pessoas dedicadas parcialmente às atividades do conselho? Quantas? *

37. Há sala(s) destinada(s) especificamente para a equipe do Conselho? *

- Sim
 Não

38. Há acesso a internet? *

- Sim
 Não

39. Quantos computadores são disponibilizados para a equipe e as atividades do Conselho? *

- 1 2 3 4 5 6
 Outro :

40. Quantos telefones o Conselho possui para suas atividades? *

- 1 2 3 4 5 6
 Outro :

41. Quantas impressoras o Conselho possui? *

1 2 3

Outro :

42. Qual é o número de veículo(s) próprio(s) para realização das atividades do Conselho? *

1 2 3

Outro :

43. Há serviço de transporte para as atividades do Conselho? *

Exemplo: serviço de táxi ou assemelhado

Sim

Não

44. Quais são as principais necessidades do Conselho? *

Marque todas que se aplicam.

Recursos Humanos

Orçamento

Estrutura Física

Outro: _____

45. Detalhar as principais necessidades assinaladas no tópico anterior. *

